



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

**PAD N.º 18595/2019**

*Assunto: Pregão n.º 16/2020. Registro de Preços para eventual contratação de serviços de confecção, instalação e retirada de faixas e banners, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.*

**PARECER**

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto *Registro de Preços para eventual contratação de serviços de confecção, instalação e retirada de faixas e banners, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital n.º 16/2020.*
2. A presente licitação é regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018, pelas condições constantes do Edital n.º 16/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993.
3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.
  - a) planilha estimativa de preços e relatório de consulta fornecedores que se enquadram como microempresa e EPP, apresentados pela Seção de Aquisições;
  - b) informação da ação orçamentária, uma vez que se trata de registro de preços;
  - c) análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos;
  - d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente;
  - e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio;
  - f) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

g) documento comprobatório da divulgação do edital em meio eletrônico, bem como envio de aviso de licitação para publicação na internet, publicação no D.O.U. e em jornal de grande circulação.

4. Observa-se que não houve pedido de esclarecimento e impugnação ao Edital.

5. Iniciado o procedimento licitatório, foi realizada a classificação das propostas e, em seguida, iniciada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas; ato contínuo, o pregoeiro realizou tentativa de negociação de preços, em consonância com o edital, consoante Ata de Realização do Pregão Eletrônico.

6. Finda a etapa de aceitação das propostas, procedeu-se a fase de habilitação. A empresa que ofertara o melhor lance para o item 3 foi JOÃO PAULO RIBEIRO DOS SANTOS foi corretamente inabilitada pelo pregoeiro haja vista que não comprovou regularidade fiscal necessária com a Fazenda Municipal, bem assim a qualificação econômico-financeira. Consulta ao site da Fazenda Municipal demonstrou a impossibilidade de emissão de certidão negativa. Assim, o pregoeiro passou à aceitação e habilitação da empresa GRÁFICA 3 COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, que passou a ser detentora da melhor proposta para o item 3, no valor de 2.100,00, bem assim apresentou as condições necessárias e apresentou documentação comprobatória. O valor da proposta foi negociado para R\$ 2.000,00.

7. Deste modo, sagraram-se vencedoras: a) para os itens 1 e 2- BLUNETT CARIMBOS E INFORMATICA EIRELI, CNPJ 11.097.333/0001-05, nos valores de R\$ 19.250,00 e R\$ 8.000,00, respectivamente, perfazendo o total de R\$ 27.250,00; e para o item 3 a empresa GRÁFICA 3 COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICO LTDA, no valor total de R\$ 12.000,00.

8. De acordo com o Relatório Final do Pregoeiro, observa-se que os documentos de habilitação foram apresentados juntamente com as propostas, nos moldes estabelecidos no art. 6º, III, e 26 do Decreto n.º 10.024/2019, bem assim do Edital do Pregão.

9. Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso, conforme ata do pregão.

10. Assim, constata-se a conformidade do procedimento com as disposições do novel Decreto que regulamenta as licitações e demais normas que regem a licitação.

11. Deste modo, sugere-se a homologação do procedimento licitatório, uma vez que foram



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

observada a regularidade do procedimento, devendo a Administração, ato contínuo proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Ata de Realização do Pregão Eletrônico.

12. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

13. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Em 30 de março de 2020.

**Ana Flávia Cerqueira Machado**  
Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para homologação do procedimento licitatório e demais providências.

Em 30 de março de 2020.

**RONILDO DANTAS**  
Assessor Especial da Diretoria-Geral